



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS XVIII*
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO

Francielen Araújo Santos

**Os desafios do empreendedorismo de mulheres negras: uma
análise teórico comparativa de autoras brasileiras**

**Eunápolis
2024**

Francielen Araújo Santos

**Os desafios do empreendedorismo de mulheres negras: uma
análise teórico comparativa de autoras brasileiras**

Monografia orientada pelo Professor Victor Borges Canella, apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade do Estado da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Eunápolis
2024**

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não representa apenas a conclusão de uma etapa acadêmica, mas também a concretização de um sonho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, sabedoria e proteção concedidas ao longo desta jornada, permitindo-me superar os desafios e alcançar este momento tão significativo.

Agradeço de coração ao meu pai, Luciano Bernardo dos Santos. Embora não esteja mais presente, foi ele quem me inspirou a seguir em frente. A notícia de minha aprovação no vestibular desta instituição foi um dos momentos mais felizes que pude compartilhar com ele. E, mesmo em sua ausência, sua memória me impulsionou a continuar e concluir este trabalho.

À minha mãe, Juscileide Araújo de Jesus, minha gratidão eterna. Suas palavras de sabedoria, seu apoio constante e sua força foram essenciais para que eu seguisse adiante, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos que o curso me deu de presente, que tornaram minha jornada na universidade mais leve e significativa, que dividiram comigo momentos alegres e tristes, vocês são incríveis.

Aos meus professores e orientadores, especialmente ao professor Victor Borges Canella, cuja orientação foi fundamental para a realização deste projeto. Sua paciência, dedicação e conselhos foram indispensáveis para que este trabalho alcançasse o nível desejado.

Por fim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para esta jornada, oferecendo apoio, palavras de incentivo ou simplesmente acreditando em mim. A cada um de vocês, minha eterna gratidão.

EPÍGRAFE

*Sonhar é o primeiro passo
para conquistar um mundo que
sempre nos disse que não
podíamos.*

Conceição Evaristo

RESUMO

Este estudo analisa os principais pensamentos de autoras brasileiras sobre os desafios enfrentados por mulheres negras no campo do empreendedorismo. A pesquisa explora a interseccionalidade, abordando fatores de raça, gênero e classe, identificando como essas questões estruturais impactam a trajetória de mulheres negras empreendedoras no Brasil. O tema é de extrema relevância, pois essas mulheres representam um grupo historicamente marginalizado que encontra no empreendedorismo uma forma de resistência e ascensão social. A metodologia de pesquisa adotada foi a bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, utilizando-se de obras e estudos de autoras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e outras intelectuais que abordam questões relacionadas à identidade, racismo e empoderamento. Por meio da análise de suas reflexões, o estudo busca compreender as barreiras impostas pela exclusão social e econômica, bem como as estratégias desenvolvidas para enfrentá-las. Os resultados indicam que o racismo estrutural é um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres negras no empreendedorismo. As autoras destacam que o enfrentamento dessas barreiras exige ações coordenadas que articulem políticas públicas inclusivas, educação antirracista e incentivo ao desenvolvimento econômico. Além disso, as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo feminino negro são analisadas como instrumentos essenciais para reduzir as desigualdades. Dados de instituições como o IBGE e o Sebrae mostram que as mulheres negras estão sub-representadas em posições de liderança e têm menor acesso a financiamento. Apesar dos desafios, o estudo identifica que as mulheres negras empreendedoras têm construído narrativas de superação baseadas na criatividade, na resiliência e na valorização de sua identidade. Conclui-se que o empreendedorismo negro no Brasil é uma área de desafios, mas também de grande potencial transformador. As análises das autoras brasileiras reforçam a necessidade de articular esforços entre sociedade, governo e instituições para garantir condições igualitárias de acesso e sucesso no mercado. Dessa forma, o empreendedorismo se apresenta não apenas como uma solução econômica, mas como uma plataforma para a justiça social e a equidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Mulheres negras; Racismo; Políticas públicas; Inclusão social.

ABSTRACT

This study analyzes the key ideas of Brazilian authors on the challenges faced by Black women in the field of entrepreneurship. The research explores the intersections of race, gender, and class, identifying how these structural issues impact the trajectories of Black women entrepreneurs in Brazil. The topic is highly relevant, as these women represent a historically marginalized group that finds in entrepreneurship a means of resistance and social mobility. The methodology adopted is qualitative and bibliographic, drawing on works and studies by Brazilian authors such as Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, and other intellectuals who address issues related to identity, racism, and empowerment. Through the analysis of their reflections, the study seeks to understand the barriers imposed by social and economic exclusion, as well as the strategies developed to overcome them. The results indicate that structural racism is one of the main obstacles faced by Black women in entrepreneurship. The authors emphasize that overcoming these barriers requires coordinated actions that integrate inclusive public policies, anti-racist education, and support for economic development. Additionally, public policies focused on Black women's entrepreneurship are analyzed as essential tools to reduce inequalities. Data from institutions such as IBGE and Sebrae show that Black women are underrepresented in leadership positions and have less access to funding. Despite the challenges, the study identifies that Black women entrepreneurs have built narratives of overcoming adversity based on creativity, resilience, and the affirmation of their identity. It concludes that Black entrepreneurship in Brazil is an area of challenges but also of great transformative potential. The analyses of Brazilian authors reinforce the need to coordinate efforts among society, government, and institutions to ensure equal access and success in the market. Thus, entrepreneurship emerges not only as an economic solution but also as a platform for social justice and equity.

Keywords: Entrepreneurship; Black women; Racism; Public policies; Social inclusion

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema de pesquisa	10
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 Justificativa.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Diversidade e inclusão	14
2.2 Preconceito, Injuria e Discriminação.....	16
2.3 Leis de proteção contra atos racistas	18
2.4.1 Quais são as lutas da mulher?	22
2.4.2 Quais são as lutas da mulher negra no Brasil?	25
2.5 Empreendedorismo	26
2.5.1 Empreendedorismo feminino negro	29
3 METODOLOGIA DO TRABALHO	31
3.1 Tipo de pesquisa	31
3.2 Tipo de pesquisa quanto ao procedimento	31
3.3 Natureza da pesquisa	32
3.4 Abordagem.....	33
3.5 Método.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 Contribuições Institucionais para o Empreendedorismo Negro	37
4.2 Contribuições conceituais de autoras brasileiras para diálogos sobre empreendedorismo feminino negro	39
4.2.1 Lélia Gonzalez: Amefricanidade e Resistência Cultural	40
4.2.2 Nilma Lino Gomes: Educação e Empoderamento	40
4.2.3 Djamila Ribeiro: Lugar de Fala e Empoderamento	41

4.2.4 Jurema Werneck: Políticas Públicas e Saúde Econômica	42
4.2.5 Joice Berth: Empoderamento e Resistência	42
4.2.6 Carla Akotirene: Interseccionalidade e Empreendedorismo Feminino Negro	43
4.2.7 Semelhanças nas Perspectivas de Autoras Brasileiras sobre Empreendedorismo e Desafios das Mulheres Negras.....	44
5 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo feminino no Brasil é um campo em ascensão, principalmente ao ser visto como uma alternativa viável para a autonomia econômica em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022), aproximadamente 48% dos pequenos negócios no Brasil são liderados por mulheres, o que demonstra a importância de entender suas trajetórias.

Para mulheres negras, o cenário do empreendedorismo é ainda mais desafiador devido às barreiras impostas por desigualdades históricas e estruturais. O racismo estrutural, conceito amplamente discutido por Silvio Almeida (2019), aponta que essas mulheres enfrentam múltiplas formas de exclusão que restringem seu acesso a recursos e oportunidades de crescimento.

A interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989), refere-se à análise das interações entre diferentes formas de discriminação e opressão, que se sobrepõem e se combinam de maneira complexa, resultando em experiências únicas de marginalização. Esse conceito é amplamente discutido no Brasil por Sueli Carneiro (2003), que aponta como a intersecção entre gênero, raça e classe social molda as vivências das mulheres negras no mercado de trabalho e no empreendedorismo. A interseccionalidade permite compreender que as mulheres negras não enfrentam apenas uma forma isolada de discriminação, mas uma série de barreiras interligadas que afetam suas trajetórias de maneira multifacetada. Essa abordagem possibilita uma análise mais aprofundada sobre os desafios específicos enfrentados por essas mulheres, ao considerar as diversas camadas de opressão que se entrelaçam em suas vidas.

No contexto brasileiro, autoras como Lélia Gonzalez (1988) destacam que o empreendedorismo é uma forma de resistência cultural e social para mulheres negras. Gonzalez (1988) propõe que, por meio do conceito de "amefricanidade", essas mulheres criam negócios que valorizam sua identidade e desafiam as narrativas de subalternidade historicamente impostas. A ideia de "amefricanidade" busca afirmar a identidade e a cultura afro-brasileira como forma de resistência ao racismo e à opressão, além de valorizar a ancestralidade africana no contexto das Américas.

Dados do Sebrae (2019) revelam que mulheres negras lideram 33% dos negócios femininos no Brasil, mas enfrentam dificuldades como o acesso limitado a crédito e financiamento. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento desses negócios.

O empreendedorismo feminino negro, além de ser um meio de subsistência, é também um espaço de resistência. Djamila Ribeiro (2017) argumenta que, ao empreender, essas mulheres reafirmam suas identidades e resistem às estruturas que tradicionalmente as marginalizam, criando alternativas para sustentar suas famílias e comunidades.

Assim, compreender as dinâmicas do empreendedorismo feminino negro no Brasil é essencial para iluminar os desafios enfrentados por essas mulheres e destacar suas estratégias de resistência e superação. Este estudo busca contribuir para a literatura acadêmica e para a formulação de políticas inclusivas que promovam a equidade de gênero e raça.

1.1 Problema de pesquisa

As questões que envolvem as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no empreendedorismo têm sido amplamente discutidas por várias autoras brasileiras, que oferecem reflexões valiosas sobre os impactos do racismo estrutural, do sexismo e das desigualdades econômicas. Este texto reúne os principais pensamentos de pesquisadoras que abordam essas questões em suas obras.

Claudia Pons Cardoso (2018), em suas análises sobre desigualdade racial e gênero, argumenta que o racismo estrutural perpetua barreiras que dificultam a ascensão das mulheres negras no mercado de trabalho e no empreendedorismo. Para Cardoso (2018), o empreendedorismo é uma forma de resistência, mas precisa ser acompanhado de políticas públicas inclusivas que garantam o acesso a crédito e capacitação. Sua obra ressalta a importância de medidas que enfrentem as desigualdades estruturais para que as mulheres negras possam prosperar em seus negócios.

Luiza Bairos, uma das maiores referências no estudo das desigualdades raciais no Brasil, apresenta reflexões profundas sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras, especialmente no contexto do empreendedorismo. Em sua dissertação de mestrado intitulada "Pecados no 'Paraíso Racial': O negro na força de

trabalho da Bahia, 1950–1980" (1987), Bairros (1987) destaca que o racismo institucionalizado cria barreiras estruturais que dificultam o acesso das mulheres negras a recursos financeiros, redes de apoio e oportunidades de crescimento profissional. Para a autora, essa realidade perpetua a exclusão social e econômica dessas mulheres, que frequentemente se veem forçadas a buscar alternativas no mercado informal e no empreendedorismo como uma estratégia de sobrevivência e resistência.

Assim, as reflexões de Luiza Bairros (1987) posicionam o empreendedorismo feminino negro como um ato de resistência e transformação social. A autora também salienta a necessidade urgente de políticas estruturais que combatam tanto o racismo quanto a desigualdade de gênero, garantindo que essas mulheres tenham acesso igualitário às ferramentas necessárias para prosperar no mercado. Tais contribuições reforçam a visão de que o empreendedorismo não deve ser apenas uma alternativa econômica, mas também um caminho para a justiça social e a equidade racial.

Carla Akotirene (2019), em sua obra sobre interseccionalidade, analisa como raça, gênero e classe criam barreiras específicas para as mulheres negras no Brasil. Akotirene (2019) reforça que essas barreiras não são apenas econômicas, mas também culturais e psicológicas, influenciando diretamente a autoconfiança e a capacidade dessas mulheres de se inserirem no mercado empreendedor. Ela destaca que iniciativas de capacitação e suporte emocional são tão importantes quanto políticas públicas para enfrentar essas dinâmicas excludentes.

Lia Schucman e Monica Mendes Gonçalves (2020), em seus estudos sobre relações raciais, abordam como o racismo afeta a identidade e a autoestima das mulheres negras. Embora seu foco principal não seja o empreendedorismo, Schucman e Gonçalves (2020) contribuem com reflexões sobre como o pertencimento e a valorização cultural podem impactar positivamente o desempenho das mulheres negras em diferentes contextos, incluindo o mercado de trabalho e os negócios. Suas análises apontam que fortalecer a identidade negra é crucial para superar as barreiras impostas pelo racismo.

Flávia Rios (2018), em suas pesquisas sobre o protesto negro no Brasil contemporâneo, analisa as estratégias de mobilização e organização dos movimentos negros entre 1978 e 2010, com foco em como essas ações desafiaram as estruturas de desigualdade racial e social no país. Ela destaca que, ao longo desse período, os movimentos negros atuaram como forças políticas fundamentais, não apenas para

denunciar o racismo estrutural, mas também para propor alternativas concretas de transformação social.

Um dos aspectos centrais da análise de Flávia Rios (2018) é o protagonismo das mulheres negras, que ocupam posições de liderança e articulam demandas específicas dentro do movimento, como a luta contra a dupla opressão de gênero e raça. Rios (2018) demonstra como essas mulheres não só reforçam a luta coletiva, mas também criam espaços de autonomia e resistência, ampliando as pautas tradicionais para incorporar questões como representatividade, violência de gênero e acesso a direitos básicos.

Além disso Rios (2018) em sua pesquisa ressalta a importância das conexões entre os movimentos negros e outros setores sociais, como sindicatos, organizações estudantis e iniciativas culturais, que se tornaram plataformas para fortalecer a agenda antirracista. Esses esforços, segundo Rios (2018), não apenas questionaram as bases da desigualdade, mas também contribuíram para avanços significativos, como a implementação de políticas públicas de ação afirmativa e o reconhecimento da cultura afro-brasileira como um patrimônio a ser preservado.

Eliane Quintiliano Nascimento (2018), ao discutir o afroempreendedorismo, aborda o papel das mulheres negras na criação de alternativas econômicas sustentáveis e na promoção da cultura afrodescendente. Nascimento (2018) analisa como o empreendedorismo pode ser uma ferramenta poderosa de inclusão socioeconômica, e aponta para a necessidade de apoio institucional para enfrentar a precarização e a informalidade que ainda caracterizam muitos desses negócios.

A partir das autoras acima citadas, pode-se observar que essas oferecem perspectivas complementares sobre as barreiras e estratégias enfrentadas pelas mulheres negras no empreendedorismo. Deste modo, elegeu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais os principais pensamentos de autoras brasileiras sobre o desafio das mulheres negras em relação ao empreendedorismo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

° Comparar os diversos pensamentos de autoras brasileiras sobre os desafios das mulheres negras em relação ao empreendedorismo.

1.2.2 Objetivos específicos

- ° Identificar e analisar as produções bibliográficas nacionais sobre o empreendedorismo feminino negro disponíveis em bases de dados brasileiras.
- ° Examinar os pensamentos de autoras brasileiras acerca dos desafios enfrentados por mulheres negras no campo do empreendedorismo.

1.3 Justificativa

O estudo do empreendedorismo feminino negro é fundamental no campo da Administração, pois permite a reflexão sobre práticas empresariais inclusivas, estratégias de resistência organizacional e os impactos econômicos e sociais dessas iniciativas. Segundo o Portal Brasil Escola, o Brasil, como um país historicamente marcado por desigualdades de raça e gênero, apresenta desafios específicos para as mulheres negras, que frequentemente enfrentam múltiplas barreiras no mercado de trabalho. Segundo Baia e Costa (2020), o afroempreendedorismo combina a necessidade de sobrevivência com a valorização da cultura afrodescendente, posicionando-se como uma ferramenta de transformação social.

Dados do Sebrae (2019) revelam que mulheres negras lideram cerca de 33% dos negócios femininos no Brasil, mas enfrentam desafios significativos, como acesso limitado a crédito, redes de apoio e formação profissional. Esses dados reforçam a relevância de estudar como essas empreendedoras superam obstáculos e constroem trajetórias de sucesso em um ambiente marcado por desigualdades estruturais. Além disso, iniciativas como políticas públicas de incentivo ao afroempreendedorismo apontam para a importância de um suporte governamental robusto para que essas mulheres possam alcançar maior equidade no mercado.

O estudo também se justifica pela necessidade de compreender como o empreendedorismo pode ser um instrumento de empoderamento e inclusão social. Como argumentam Baia e Costa (2020), as empreendedoras negras desempenham um papel crucial na geração de empregos e na promoção da diversidade cultural em seus negócios, ajudando a desconstruir estereótipos e promover mudanças no cenário empresarial brasileiro. Essa relevância é evidenciada por autores como

Djamila Ribeiro (2019), que destaca o impacto do lugar de fala das mulheres negras na construção de narrativas de resistência e transformação.

Assim, esta pesquisa busca contribuir não apenas para o entendimento teórico dos desafios enfrentados por mulheres negras no empreendedorismo, mas também para a formulação de estratégias e políticas que promovam uma maior inclusão e equidade social. Ao abordar essas questões, este trabalho se insere em um campo de estudo que dialoga diretamente com os objetivos do desenvolvimento sustentável, particularmente no que tange à promoção da igualdade de gênero e à redução das desigualdades sociais (ONU, 2015).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são essenciais para construir uma sociedade que valorize as diferenças e combata as desigualdades. De acordo com Schucman (2020), a diversidade envolve a presença de pessoas com diferentes características e identidades, como raça, gênero, etnia, orientação sexual e idade. Já a inclusão, conforme Werneck (2006), representa o esforço ativo para assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário a oportunidades e sejam tratadas com respeito e dignidade em todos os espaços sociais e profissionais.

Para Akotirene (2019), diversidade e inclusão não são apenas conceitos, mas práticas indispensáveis para enfrentar as opressões estruturais que afetam grupos marginalizados. Essas práticas precisam ser fundamentadas em políticas públicas e iniciativas organizacionais que promovam o reconhecimento e a valorização das identidades historicamente excluídas. Gonzalez (1988), ao discutir a importância da amefricanidade, reforça que a inclusão deve considerar as especificidades culturais e sociais de cada grupo, especialmente no contexto de populações afrodescendentes, que historicamente enfrentam barreiras à plena participação na sociedade.

Essas reflexões evidenciam que diversidade e inclusão não se limitam a representatividade, mas englobam ações concretas para construir uma sociedade mais justa e equitativa. De acordo com Fleury (2000), a diversidade, quando promovida de maneira consciente e ativa, enriquece as organizações e espaços

sociais ao estimular a inovação e ampliar as perspectivas. Ao incluir pessoas com diferentes experiências e visões de mundo, as organizações são capazes de desenvolver soluções mais criativas e adaptáveis. Fleury (2020) argumenta que, em um ambiente globalizado, a diversidade não é apenas uma questão ética, mas também uma vantagem competitiva, permitindo que as empresas se relacionem melhor com seus clientes e públicos variados.

Almeida (2019) acrescenta que o racismo estrutural no Brasil mantém barreiras institucionais que dificultam a plena participação das mulheres negras, restringindo seu acesso a cargos de liderança e oportunidades de desenvolvimento profissional. O racismo estrutural refere-se às práticas, políticas e normas que perpetuam a desigualdade racial ao longo do tempo, influenciando negativamente as trajetórias de vida das pessoas negras. Nesse sentido, as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão, decorrente de seu gênero e de sua raça, o que exige uma abordagem interseccional para que se alcance uma inclusão efetiva.

Nos últimos anos, muitas empresas têm reconhecido a importância da diversidade e da inclusão para o sucesso organizacional e para a construção de uma imagem positiva perante a sociedade. Programas de diversidade e inclusão têm sido implementados por organizações de diferentes setores, como uma forma de responder às demandas sociais e adaptar-se às mudanças no mercado.

Empresas como a Natura, por exemplo, têm implementado políticas de recrutamento direcionadas a grupos minoritários, como mulheres negras e pessoas LGBTQIA+, e investido em treinamentos de conscientização sobre diversidade para seus colaboradores. Outra iniciativa importante é o compromisso público de algumas organizações em aumentar a presença de pessoas negras em cargos de liderança, reconhecendo a necessidade de romper com o racismo estrutural e a sub-representação racial nesses cargos (INSTITUTO NATURA 2019). Esses exemplos demonstram como a promoção de diversidade e inclusão pode ser estratégica para as organizações, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Além dos benefícios sociais, a diversidade e inclusão também trazem vantagens econômicas para as organizações. De acordo com Fleury (2000), empresas que investem na gestão da diversidade cultural conseguem gerar ambientes mais inovadores e criativos, uma vez que a interação entre diferentes perspectivas promove a resolução de problemas de forma mais eficiente e estratégica.

A autora destaca que a valorização das diferenças contribui para o fortalecimento do capital humano, permitindo que as organizações ampliem sua competitividade no mercado global.

Portanto, a diversidade e a inclusão são componentes essenciais para criar organizações e sociedades que valorizem as diferenças e combatam desigualdades estruturais. Segundo Fleury (2000), a valorização da diversidade nas empresas contribui para a criação de ambientes de trabalho mais colaborativos e inovadores.

Para mulheres negras no Brasil, as práticas de diversidade e inclusão oferecem um caminho para superar barreiras históricas e conquistar espaços que lhes foram negados, conforme ressaltado por Gomes (2007), que destaca a necessidade de políticas educacionais e organizacionais que considerem as especificidades raciais e de gênero. No entanto, para que essas práticas sejam eficazes, é fundamental que as empresas implementem políticas específicas que abordem as questões de raça e gênero de maneira interseccional, como defendido por Carneiro (2003), ao enfatizar que a interseccionalidade é essencial para combater as desigualdades estruturais. Ao adotar essas iniciativas, as organizações não apenas promovem um ambiente de trabalho mais justo, mas também colhem os benefícios de uma cultura organizacional rica em perspectivas e capaz de se adaptar a um mundo em constante transformação.

2.2 Preconceito, Injúria e Discriminação

O preconceito refere-se a julgamentos pré-concebidos, geralmente negativos, dirigidos a indivíduos ou grupos com base em características como raça, gênero, etnia ou orientação sexual. Segundo Kabengele Munanga (2004), o preconceito racial no Brasil é amplamente disseminado e opera como uma barreira invisível que impede a população negra de acessar oportunidades sociais e econômicas. Para Sueli Carneiro (2003), o preconceito racial está profundamente enraizado na formação histórica do Brasil, perpetuando estereótipos e limitando a inclusão social.

A injúria racial, prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal Brasileiro, caracteriza-se como uma ofensa à dignidade ou ao decoro de uma pessoa, utilizando elementos relacionados à raça, cor, etnia, religião ou origem. A pena prevista para esse crime é de reclusão de um a três anos e multa (JUSBRASIL 1940). Diferente do crime de racismo, a injúria racial é uma agressão individual, pois a ofensa é dirigida a

um indivíduo específico. O crime é punido com pena de reclusão de um a três anos e multa (art. 140, §3º), o que demonstra a tentativa do legislador em reconhecer a gravidade dessa forma de agressão que atinge a identidade e a dignidade da pessoa ofendida. No caso de Maria Júlia, a jornalista sofreu ataques racistas por sua aparência e identidade racial enquanto apresentava o Jornal Hoje, da TV Globo, emissora de televisão. Esse episódio, além de expor o preconceito de forma explícita, gerou uma onda de solidariedade, mas também evidenciou a persistência do racismo estrutural no Brasil, ainda que em um ambiente midiático de grande visibilidade (G1, 2015). Joice Berth (2019) argumenta que a injúria racial não é apenas um ataque à dignidade individual, mas também uma perpetuação simbólica do racismo estrutural, causando impactos emocionais profundos nas vítimas.

Discriminação é o tratamento desigual e excludente direcionado a grupos ou indivíduos com base em atributos como raça, gênero ou religião. Kabengele Munanga (2005) aponta que a discriminação no mercado de trabalho brasileiro afeta diretamente a população negra, que permanece concentrada em ocupações de menor prestígio e remuneração. Para Nilma Lino Gomes (2003), a discriminação indireta, muitas vezes mascarada em práticas aparentemente neutras, perpetua desigualdades estruturais e limita o acesso da população negra a recursos básicos, como educação e saúde.

Esses conceitos estão interligados e operam de maneira sistêmica. O preconceito é a base ideológica que sustenta práticas discriminatórias, enquanto a injúria é uma manifestação verbal ou simbólica dessas crenças. De acordo com Silvio Almeida (2019), no contexto do racismo estrutural, essas formas de exclusão são mantidas por práticas institucionais e sociais que reproduzem desigualdades ao longo do tempo, dificultando a mobilidade social e a equidade racial.

As práticas discriminatórias também se refletem no mercado de trabalho. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE 2019) indicam que a população negra ocupa cerca de 64% das posições de trabalho informal e possui menor acesso a cargos de liderança e altos salários. Essa realidade evidencia o impacto das estruturas discriminatórias que colocam a população negra em desvantagem, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e inclusão no mercado.

Além do mercado de trabalho, a discriminação também se manifesta na esfera educacional e na falta de representatividade em espaços de poder. Para Sueli

Carneiro (2003), a ausência de políticas educacionais inclusivas e a invisibilidade das histórias afro-brasileiras nos currículos escolares reforçam a exclusão da população negra, limitando suas possibilidades de ascensão social.

2.3 Leis de proteção contra atos racistas

No Brasil, o combate ao racismo é amparado por um conjunto de leis e políticas públicas que visam proteger os cidadãos contra atos discriminatórios, promovendo a igualdade racial. Essas leis foram criadas com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais e assegurar direitos fundamentais à população negra, que historicamente foi marginalizada e excluída dos processos sociais e econômicos.

A Lei nº 7.716/1989 (BRASIL 1989), conhecida como Lei Caó, é um dos principais instrumentos legais no combate ao racismo no Brasil. Ela define e criminaliza os atos resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A partir dessa lei, práticas discriminatórias, como negar atendimento em estabelecimentos comerciais ou impedir o acesso a ambientes públicos e privados, tornaram-se passíveis de punição. A Lei Caó marca um avanço significativo na luta contra o racismo no país, pois reconhece o racismo como crime e estabelece penalidades para os infratores, com penas que podem variar de um a três anos de reclusão.

Outra legislação importante é o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/2010 (BRASIL 2010), que busca garantir à população negra o direito à igualdade de oportunidades e a defesa contra a discriminação. O Estatuto estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social da população negra em áreas como saúde, educação, trabalho, cultura e segurança. Além disso, prevê a criação de programas específicos para a valorização e preservação da memória e cultura afro-brasileira, fortalecendo o sentimento de identidade e pertencimento dessa população. O Estatuto da Igualdade Racial também estabelece o compromisso do Estado em combater o racismo institucional, ou seja, as práticas discriminatórias que ocorrem dentro das instituições e que prejudicam o acesso de negros a serviços básicos e ao mercado de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988) também desempenha um papel fundamental na proteção contra atos racistas, ao declarar o racismo como crime inafiançável e imprescritível (artigo 5º, inciso XLII). Essa determinação constitucional

fortalece as ações contra o racismo, ao tornar obrigatório que o Estado persiga e puna esse tipo de crime. Essa abordagem, ao enfatizar a gravidade do racismo, reflete um esforço do país em promover uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados.

Além das leis específicas, o Brasil conta com políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades públicas e concursos públicos, implementadas para corrigir as desigualdades históricas que afetam a população negra. As cotas são um exemplo de política pública inspirada pelos princípios do Estatuto da Igualdade Racial e representam um avanço na inclusão da população negra em setores onde antes eram sub-representados. Essas ações afirmativas são parte de um esforço para reduzir as desigualdades socioeconômicas e ampliar o acesso de negros a oportunidades de estudo e trabalho (BRASIL, 2012).

No entanto, apesar dos avanços legais, a efetiva implementação dessas leis ainda enfrenta desafios significativos. Souza e Pereira (2019) apontam que, em muitos casos, a aplicação das leis antirracistas é prejudicada pela falta de conscientização da população e pelo preconceito institucional, o que faz com que as punições contra práticas racistas sejam inconsistentes ou não sejam levadas a sério. O racismo estrutural, enraizado nas instituições e práticas sociais, é outro fator que impede a plena eficácia das leis, uma vez que mantém uma cultura de discriminação e exclusão que afeta diretamente a população negra.

Portanto, a existência das leis de proteção contra atos racistas representa um marco importante na promoção da igualdade racial no Brasil, mas é necessário que o Estado e a sociedade civil atuem de forma conjunta para garantir sua aplicação. O fortalecimento de campanhas de conscientização e educação sobre os direitos da população negra, bem como a fiscalização rigorosa dos casos de racismo, são essenciais para que as leis cumpram seu papel de transformar a realidade das relações raciais no país.

2.4 Mulheres negras

A mulher negra é uma figura central na história e na sociedade brasileira, cujas identidades, culturas e experiências são marcadas por uma interseção entre o racismo, o sexismo e outros fatores de opressão. A definição de "mulher negra" vai além de uma questão racial, abarcando também a diversidade de vivências, lutas e

resistência dessa população, que tem enfrentado séculos de marginalização e exclusão, principalmente em contextos históricos de colonização e escravidão. Segundo a historiadora Lélia Gonzalez (1984), a mulher negra foi sempre marginalizada e sujeita a uma tripla opressão: a de gênero, a de raça e a de classe.

Historicamente, as mulheres negras foram subjugadas de diversas formas, especialmente durante o período da escravidão no Brasil, quando foram trazidas da África e forçadas ao trabalho brutal nas plantações e nas casas grandes. A escravidão impôs uma hierarquia social que não só inferiorizava essas mulheres devido à cor de sua pele, mas também as silenciava enquanto seres humanos com agência, direitos e identidade. A escravidão não apenas as relegava a posições subalternas, mas as impunha uma existência de desumanização, como aponta a pesquisadora Angela Davis (1981), destacando a violência racial e sexual sofrida pelas mulheres negras durante esse período. Elas eram também vítimas de violência sexual, o que representa uma das formas mais cruéis de exploração. Com o fim da escravidão, as mulheres negras não tiveram suas condições de vida alteradas substancialmente.

Continuaram a ser vistas como cidadãs de segunda classe, tendo seus direitos negados e sendo relegadas a uma posição subalterna, tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho.

Segundo a socióloga Maria Lúcia de Arruda Aranha (2004), a emancipação formal das mulheres negras não se traduziu em uma mudança efetiva nas suas condições de vida, perpetuando sua exclusão social e a desvalorização de suas experiências e identidades. A invisibilidade social dessas mulheres foi reforçada por uma história de opressão que as desumanizou e as excluiu dos espaços de poder, enquanto as ideias de beleza e feminilidade predominantes em muitas culturas ocidentais marginalizavam suas características físicas, como o cabelo crespo e a pele escura.

Segundo Djamila Ribeiro (2017), o padrão de beleza imposto pela sociedade exclui as mulheres negras, fazendo com que o cabelo crespo, a pele escura e as características de origem africana sejam vistas como algo a ser superado ou escondido. Ribeiro (2017) destaca que essa imposição de um único padrão de beleza contribui para a marginalização da mulher negra em várias esferas sociais. Contudo, ao longo do tempo, as mulheres negras têm resistido e construído suas próprias identidades e espaços de luta.

Elas têm se destacado como líderes em movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista Negro, que buscam não apenas a igualdade de gênero, mas também a promoção da justiça racial. Mulheres como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, por exemplo, são referências intelectuais e políticas que têm escrito e falado sobre as questões que envolvem a experiência das mulheres negras, contribuindo para um pensamento crítico que desmantela as estruturas de opressão. Ribeiro (2017) afirma que as mulheres negras não podem ser vistas apenas como vítimas, mas como agentes ativas na luta pela transformação social e pelo empoderamento.

Hoje, as mulheres negras continuam a ser protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo de maneira significativa para a cultura, política, ciência e outros campos. A luta dessas mulheres vai além da simples resistência, pois elas estão ativamente redefinindo seu lugar na sociedade e buscando, de forma coletiva, a igualdade de oportunidades. As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, são uma dessas estratégias para garantir que as mulheres negras possam acessar espaços de poder e conhecimento, como as universidades. O site do Ministério da Educação (2012) destaca que a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, estabelece cotas raciais em universidades públicas e institui ações para promover o acesso de negros ao ensino superior, representando uma tentativa de corrigir as desigualdades históricas.

Em termos de identidade, a mulher negra é um símbolo de resistência, força e resiliência. Ela possui múltiplas identidades, que englobam sua cor, cultura, origem e vivência, e carrega em si um legado de ancestralidade africana que é celebrado e resgatado por meio de diversas práticas culturais, como a música, a dança, a culinária e as tradições religiosas. Essas manifestações culturais, muitas vezes estigmatizadas, são vitais para a construção de uma identidade negra positiva, que combate o racismo e a invisibilidade.

A pesquisadora Ana Maria Gonçalves (2006) argumenta que as mulheres negras têm se apropriado de suas culturas e resistido ao racismo, criando redes de apoio e fortalecimento que promovem a valorização de suas tradições. Portanto, ser mulher negra no Brasil envolve um conjunto complexo de experiências que abrangem tanto as adversidades quanto as vitórias. As mulheres negras são sujeitas à opressão, mas também são agentes poderosos de mudança, buscando construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa. A luta pela igualdade de direitos, o empoderamento

econômico, a valorização da cultura afro-brasileira e o enfrentamento da violência são apenas algumas das questões que continuam a mobilizar essas mulheres na busca pela transformação social.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017), as mulheres negras estão em um processo contínuo de reivindicação de seus direitos e de construção de uma identidade mais positiva, que reconheça sua ancestralidade e sua contribuição para a sociedade. Além disso, a autora Lélia Gonzalez (1984) também ressalta que, apesar das dificuldades, a mulher negra tem se reafirmado como uma figura de resistência, desafiando as estruturas de opressão e gerando transformações significativas no contexto social e político brasileiro.

2.4.1 Quais são as lutas da mulher?

As lutas das mulheres ao longo da história têm sido variadas e complexas, refletindo os desafios que enfrentam em uma sociedade estruturada sob normas patriarcais. Em geral, essas lutas incluem a busca por igualdade de gênero, o combate à violência doméstica e de gênero, a luta pelos direitos reprodutivos e pela igualdade salarial. No Brasil, o movimento feminista, influenciado por ideais globais, tem se organizado para promover a emancipação feminina e desafiar as estruturas que perpetuam a desigualdade de gênero.

Nos últimos anos, as pautas feministas se expandiram para incluir direitos trabalhistas, maior presença feminina em cargos de liderança e acesso igualitário à educação. De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (2025) o feminismo contemporâneo no Brasil tem como uma de suas principais reivindicações a igualdade de condições no mercado de trabalho, onde as mulheres ainda enfrentam uma disparidade salarial significativa em comparação aos homens. Além disso, o direito à educação é fundamental para o empoderamento das mulheres, pois o acesso ao conhecimento contribui para a autonomia financeira e para uma maior participação em diversas áreas da sociedade.

A violência de gênero é um dos temas mais urgentes dentro do movimento feminista. De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2020), as taxas de violência doméstica e feminicídio no Brasil são alarmantes, afetando mulheres de diferentes idades, etnias e classes sociais. A luta contra a violência doméstica tornou-se central nas ações do movimento feminista, com campanhas de conscientização e pressões

por políticas públicas mais eficazes. A criação da Lei Maria da Penha (2006) foi um marco importante nesse combate, pois estabeleceu mecanismos de proteção e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. No entanto, mesmo com avanços legislativos, a aplicação dessa lei ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de recursos e capacitação adequada dos profissionais de segurança pública.

A luta por igualdade salarial é outra pauta central no movimento feminista. Segundo dados do IBGE (2020), as mulheres brasileiras continuam a ganhar menos que os homens em cargos equivalentes, o que demonstra a persistência de uma cultura de desvalorização do trabalho feminino. A diferença salarial é uma forma de discriminação que limita as possibilidades econômicas das mulheres e reforça a dependência financeira, especialmente em famílias onde elas são as principais provedoras. Para Hirata e Kergoat (2007), essa desigualdade salarial está enraizada em uma visão patriarcal que desconsidera o valor do trabalho feminino, e, por isso, a luta feminista exige uma reestruturação cultural e econômica para alcançar a equidade de gênero.

A autonomia sobre o próprio corpo e os direitos reprodutivos são outra dimensão importante das lutas feministas. Desde o século XX, o movimento das mulheres tem reivindicado o direito de decidir sobre questões como contracepção e aborto, que são fundamentais para a autonomia feminina. Sônia Correa (1999), pesquisadora em estudos de gênero, argumenta que os direitos reprodutivos são uma questão de saúde pública e de liberdade individual, e sua garantia é essencial para que as mulheres possam fazer escolhas sobre suas vidas e seus corpos. No Brasil, a discussão sobre os direitos reprodutivos é complexa e enfrenta resistências culturais e religiosas, tornando a luta por esses direitos uma questão sensível, mas crucial para a emancipação das mulheres.

Além dessas pautas, a busca pela representatividade em espaços de poder e decisão tem ganhado força, e a liderança feminina tem se mostrado fundamental para o avanço da igualdade de gênero. De acordo com a ONU Mulheres, o empoderamento político e a participação das mulheres em cargos de liderança são essenciais para a promoção de políticas públicas com perspectiva de gênero, capazes de atender às demandas de toda a sociedade. Contudo, as mulheres continuam sub-representadas em espaços de decisão, enfrentando barreiras como desigualdade de oportunidades, estereótipos de gênero e falta de apoio institucional. O feminismo busca romper com

esses obstáculos, incentivando a ocupação desses espaços e fortalecendo a democracia por meio de uma gestão mais inclusiva e equitativa.

Outro aspecto relevante é a luta por uma educação igualitária e livre de preconceitos. A educação desempenha um papel essencial no combate à desigualdade de gênero, pois permite que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional que os homens. Lourdes Bandeira (2014), pesquisadora na área de gênero e educação, defende que a escola é um espaço fundamental para desconstruir estereótipos de gênero, promover o respeito e a igualdade, e formar uma sociedade mais equitativa. A inclusão de temas como igualdade de gênero nos currículos escolares tem sido uma das demandas do movimento feminista, que vê a educação como uma ferramenta para transformar as gerações futuras.

Por fim, o movimento feminista brasileiro tem se articulado em torno da construção de uma sociedade onde todas as mulheres possam viver com dignidade, respeito e igualdade. Essa luta não é apenas individual, mas coletiva, pois visa beneficiar todas as mulheres e transformar as estruturas sociais que ainda asprimem. Djamila Ribeiro (2017), filósofa e escritora, argumenta que o feminismo é um movimento plural, que precisa ser inclusivo e interseccional, abarcando as diversas experiências e desafios enfrentados pelas mulheres em uma sociedade marcada pela desigualdade.

Em síntese, as lutas das mulheres negras refletem uma busca contínua por direitos, respeito e equidade em todas as áreas da vida. Seja no combate à violência, na busca por igualdade salarial, no direito à educação ou na luta pela autonomia sobre o próprio corpo, o feminismo brasileiro se consolida como um movimento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A trajetória das mulheres e suas conquistas ao longo dos anos mostram que a luta pela igualdade é contínua e que o movimento feminista desempenha um papel crucial nesse processo de transformação social.

A luta das mulheres por direitos também passa pela redefinição dos papéis tradicionais de gênero, que, ao longo da história, têm limitado as oportunidades e escolhas femininas. Esses papéis são reforçados culturalmente desde a infância, com expectativas sociais sobre o comportamento, as ambições e até as profissões que mulheres e homens deveriam seguir. Segundo Lourdes Bandeira (2014), a desconstrução desses papéis de gênero é essencial para que as mulheres possam

exercer livremente sua autonomia e escolher caminhos que antes lhes eram negados. Esse processo requer uma transformação cultural profunda, que inclui desde a educação até a mídia, e exige uma postura ativa de toda a sociedade para questionar e redefinir os conceitos de feminino e masculino.

Outro ponto importante da luta das mulheres é a busca por maior igualdade nos cuidados com a família, especialmente no que diz respeito à divisão das responsabilidades domésticas e de criação dos filhos. Historicamente, essas tarefas têm sido atribuídas quase exclusivamente às mulheres, o que limita seu tempo e oportunidades para desenvolver carreiras e projetos pessoais. Hirata e Kergoat (2007) destacam que essa divisão sexual do trabalho é uma das principais barreiras para a equidade de gênero, pois coloca sobre as mulheres uma carga de trabalho invisível e muitas vezes não remunerada.

2.4.2 Quais são as lutas da mulher negra no Brasil?

A mulher negra no Brasil enfrenta desafios históricos que derivam da combinação de racismo estrutural e sexismo, que a coloca em uma posição de dupla opressão. Desde o período colonial, quando as mulheres negras foram escravizadas e marginalizadas, até os dias atuais, as mulheres negras enfrentam condições desiguais em diversas esferas da sociedade, como no mercado de trabalho, na educação e na política. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras ocupam, em média, 20% a menos de cargos de liderança se comparadas às mulheres brancas, o que reflete a sub-representação em espaços de poder (IBGE, 2020). Esses dados evidenciam as barreiras que as mulheres negras continuam a enfrentar, mesmo após mais de 130 anos da abolição da escravidão no Brasil.

Além da sub-representação política e econômica, a mulher negra também enfrenta altos índices de violência. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, as mulheres negras representam 71% dos casos de feminicídio no Brasil, um dado alarmante que denuncia a vulnerabilidade específica desse grupo. A violência de gênero contra mulheres negras não se limita aos casos de feminicídio, mas inclui também agressões físicas, psicológicas e sexuais, que, muitas vezes, são invisibilizadas nas políticas públicas de enfrentamento à violência. O racismo

estrutural aliado à misoginia torna esse problema ainda mais complexo, exigindo políticas públicas que considerem essas especificidades.

Uma das principais lutas das mulheres negras no Brasil é a busca por acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho. A educação é um instrumento fundamental para a transformação social, e, no entanto, as mulheres negras são as mais afetadas pela desigualdade educacional. Dados do IBGE (2019) apontam que, enquanto a taxa de analfabetismo entre mulheres brancas é de 7,6%, entre mulheres negras esse índice sobe para 12,3%. Esse quadro limita as oportunidades das mulheres negras no mercado de trabalho, onde elas também enfrentam discriminação salarial, ocupando posições de menor remuneração e estabilidade em comparação aos homens negros e mulheres brancas.

Por fim, as mulheres negras no Brasil também lutam por representatividade e visibilidade em todos os setores da sociedade. O movimento negro, especialmente o movimento das mulheres negras, tem se fortalecido ao longo dos anos, destacando nomes como a filósofa e ativista Djamila Ribeiro, que, em sua obra *O que é lugar de fala?* (2017), debate a importância de ouvir e apoiar as mulheres negras em suas demandas específicas. A luta por uma maior presença em espaços de decisão, seja na política, na cultura ou nas empresas, é central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A representatividade feminina negra é fundamental para a criação de políticas públicas mais inclusivas e para a desconstrução dos estereótipos que ainda limitam o potencial das mulheres negras no Brasil.

2.5 Empreendedorismo

O empreendedorismo é a capacidade de identificar e aproveitar oportunidades de negócio, visando à inovação e criação de valor no mercado. Segundo Dornelas (2018), o empreendedorismo pode ser definido como o processo de desenvolver e implementar novas ideias que geram riqueza e impulsionam o desenvolvimento econômico. Esse conceito envolve não apenas a criação de novos negócios, mas também a capacidade de inovar em produtos, serviços e processos para atender às demandas do mercado de forma eficiente.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE 2018), o empreendedorismo desempenha um papel fundamental na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa da geração de

empregos e pela distribuição de renda no país. Em 2022, as micro e pequenas empresas representavam cerca de 99% dos negócios formalizados e respondiam por aproximadamente 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Elas também foram responsáveis por cerca de 55% dos empregos formais, segundo dados do SEBRAE. Esse impacto destaca a importância das pequenas e médias empresas para a estabilidade econômica e o desenvolvimento social, uma vez que promovem a inclusão de trabalhadores no mercado formal.

Embora o Brasil tenha um dos maiores índices de empreendedorismo feminino do mundo, com cerca de 48% dos negócios sendo liderados por mulheres, as disparidades entre os gêneros ainda são evidentes (SEBRAE 2020). De acordo com o estudo realizado pelo Banco Central do Brasil (2017), homens têm mais acesso a serviços financeiros em comparação com as mulheres, devido a fatores como redes de contato mais amplas e maior percepção de confiabilidade. Essas diferenças no acesso ao crédito contribuem para a disparidade no crescimento empresarial entre os gêneros. Além disso, segundo a Pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor 2021), empreendedores masculinos costumam liderar empresas de maior porte e geram receitas mais altas do que as lideradas por mulheres, o que reflete em parte as diferenças no acesso a recursos e oportunidades.

As pequenas, médias e grandes empresas têm papéis distintos na economia, gerando receitas que contribuem significativamente para o PIB do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a contribuição de cada categoria é descrita da seguinte maneira:

Micro e Pequenas Empresas (MPEs): Responsáveis por cerca de 27% do PIB brasileiro, as micro e pequenas empresas (MPEs) são fundamentais para a inclusão econômica e a geração de renda, especialmente em regiões menos desenvolvidas e em setores de comércio e serviços. Essas empresas oferecem oportunidades de trabalho e impulsionam o desenvolvimento local.

Médias Empresas: Contribuem com aproximadamente 20% do PIB, com maior presença em setores de manufatura e indústria. As médias empresas geralmente têm mais estrutura e capacidade de investimento, o que lhes permite empregar um número maior de pessoas e oferecer melhores condições de trabalho em comparação às MPEs.

Grandes Empresas: Representam aproximadamente 53% do PIB brasileiro e são essenciais para o crescimento econômico, inovação e competitividade

internacional. Essas empresas possuem maior capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento, e são responsáveis por uma grande parcela dos empregos qualificados no país.

Essas diferentes contribuições evidenciam a importância do empreendedorismo em todas as escalas para a economia brasileira, reforçando o papel das empresas de diversos portes na geração de renda, distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico.

O empreendedorismo desempenha um papel crucial na economia brasileira, sendo uma das principais fontes de criação de empregos e geração de renda.

Para as mulheres negras no Brasil, o empreendedorismo frequentemente é uma alternativa para superar a exclusão do mercado formal de trabalho. Segundo Djamila Ribeiro (2017), muitas mulheres negras recorrem ao empreendedorismo como forma de resistir ao racismo e ao sexismo, construindo negócios que valorizam sua cultura e fortalecem sua identidade. Rocha e Grzybovski (2019) destacam que, para essas mulheres, empreender é também um ato de resistência, que desafia as normas de um mercado historicamente desigual e pouco inclusivo.

Apesar do potencial transformador, as mulheres negras enfrentam desafios específicos. Dados do Sebrae (2019) revelam que aproximadamente 48% das mulheres que empreendem no Brasil o fazem de maneira informal, sendo uma parcela significativa composta por mulheres negras. Essa realidade limita o acesso a crédito, proteção jurídica e oportunidades de expansão para esses negócios. Além disso, o acesso restrito a capital, a ausência de redes de apoio estruturadas e o impacto do preconceito racial e de gênero são barreiras substanciais que dificultam o avanço dessas empreendedoras.

O empreendedorismo é um pilar essencial para a economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos, desenvolvimento regional e inclusão econômica. As pequenas, médias e grandes empresas desempenham papéis complementares, cada uma com sua importância na criação de renda e na redução das desigualdades. Para as mulheres negras, o empreendedorismo é uma forma de resistência e valorização de sua cultura, além de uma oportunidade de autonomia financeira.

Para maximizar o impacto positivo do empreendedorismo no país, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas, visando a simplificação da burocracia, o acesso ao crédito e o apoio a grupos marginalizados. O desenvolvimento de

programas específicos de capacitação e microcrédito pode ajudar a superar os desafios enfrentados pelos empreendedores, promovendo um ambiente de negócios mais inclusivo e equitativo.

2.5.1 Empreendedorismo feminino negro

Segundo Gil (2008), o aumento da participação feminina no empreendedorismo é uma resposta às desigualdades de gênero no mercado de trabalho, onde as mulheres frequentemente enfrentam barreiras significativas, como a discriminação salarial e a segregação ocupacional.

O empreendedorismo feminino é um campo de estudo que tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente pelo papel vital que desempenha no desenvolvimento econômico e na promoção da equidade de gênero. Lakatos e Marconi (2003) reforçam que, apesar dos avanços nas políticas de igualdade, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens em todas as ocupações, destacando a necessidade de promover iniciativas que incentivem o empreendedorismo feminino.

As mulheres negras enfrentam desafios únicos e complexos no campo do empreendedorismo. Nascimento (2018) descreve o afroempreendedorismo como uma estratégia de inclusão socioeconômica que busca mitigar as barreiras raciais e de gênero. Essas barreiras incluem dificuldades no acesso a financiamento, falta de redes de apoio e preconceitos estruturais. Reis (2021) destaca a importância de considerar a interseccionalidade de raça e gênero, que amplifica as dificuldades encontradas por essas mulheres.

Essas barreiras incluem dificuldades no acesso a financiamento, falta de redes de apoio e preconceitos estruturais. Reis (2021) destaca a importância de considerar a interseccionalidade de raça e gênero, que amplifica as dificuldades encontradas por essas mulheres. O conceito de sororidade no trabalho de Evelyn Blaut Fernandes (2021) é explorado como uma prática política de solidariedade entre mulheres, fundamental para o movimento feminista. A autora defende que a sororidade vai além de apoio mútuo, funcionando como uma forma de resistência ao patriarcado e essencial na busca pela liberdade feminina. Ela também utiliza a obra "Novas Cartas Portuguesas" para ilustrar essa luta pela emancipação, destacando a importância da união feminina na transformação social.

A inclusão socioeconômica de mulheres negras através do empreendedorismo exige a implementação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e raça. A Agência Brasil (2019) ressalta que, apesar dos avanços nas políticas de igualdade, as disparidades salariais ainda persistem, evidenciando a necessidade de ações mais contundentes. Creswell (2010) sugere que a adoção de metodologias de pesquisa que capturam as experiências e desafios específicos dessas mulheres pode contribuir para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e eficazes.

3 METODOLOGIA DO TRABALHO

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo é classificado como uma pesquisa básica, pois tem como objetivo principal gerar conhecimentos teóricos e aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados por mulheres negras no empreendedorismo, sem a preocupação imediata de aplicação prática. Segundo Gil (2008), a pesquisa básica busca expandir os limites do conhecimento, contribuindo para a formulação de novos conceitos e teorias, sendo geralmente aplicada em contextos acadêmicos para aprofundar reflexões sobre fenômenos complexos.

A escolha da pesquisa básica para este trabalho justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate teórico sobre as interseções entre raça, gênero e empreendedorismo no Brasil. Conforme Minayo (2001), a pesquisa básica é indispensável para compreender os fundamentos dos fenômenos sociais e culturais, permitindo identificar padrões e desafios que podem subsidiar estudos futuros com foco prático. Assim, ao explorar as contribuições teóricas de autoras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, este estudo busca oferecer um panorama crítico e reflexivo sobre o tema, ampliando a literatura existente e fomentando debates acadêmicos.

Portanto, ao adotar uma abordagem básica, o estudo possibilita a construção de uma base teórica sólida que pode embasar intervenções futuras, além de contribuir para a compreensão dos aspectos estruturais e históricos que impactam a trajetória de mulheres negras no empreendedorismo.

3.2 Tipo de pesquisa quanto ao procedimento

A pesquisa adotada neste estudo é do tipo bibliográfica e documental, pois tem como base a análise de materiais já publicados, como livros, artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica busca levantar e analisar o conhecimento já produzido sobre determinado tema, utilizando fontes secundárias como base para interpretar e compreender os fenômenos estudados. A pesquisa documental, por sua vez, utiliza documentos primários como fontes para a construção de um conhecimento mais direto sobre o

objeto de estudo. Ambos os tipos de pesquisa permitem uma visão mais ampla e fundamentada sobre o tema.

A escolha pela pesquisa bibliográfica e documental justifica-se pela riqueza e profundidade dos materiais já disponíveis sobre o empreendedorismo feminino negro no Brasil. Como destaca Creswell (2010), a pesquisa bibliográfica é eficaz quando existe uma vasta produção acadêmica sobre o tema, permitindo uma análise crítica e interpretativa de conceitos consolidados. Já a pesquisa documental complementa esse processo ao permitir o acesso a documentos primários que oferecem dados essenciais para o entendimento do contexto e das práticas relacionadas ao empreendedorismo. Ambas as abordagens contribuem para um estudo mais completo e fundamentado. No contexto deste trabalho, autores como Sueli Carneiro (2003), Djamila Ribeiro (2017) e Lélia Gonzalez (1984) oferecem fundamentos teóricos robustos para compreender as barreiras enfrentadas por mulheres negras empreendedoras.

Além disso, relatórios institucionais, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), fornecem dados quantitativos relevantes para sustentar as análises e contextualizar o tema. A pesquisa bibliográfica, conforme Creswell (2010), permite uma análise crítica e interpretativa dos conceitos consolidados, enquanto a pesquisa documental proporciona acesso a dados primários essenciais para a compreensão do contexto do empreendedorismo feminino negro. Dessa forma, ambas as abordagens contribuem para uma abordagem mais abrangente e fundamentada, evitando duplicação de esforços e enriquecendo o debate teórico.

3.3 Natureza da pesquisa

Este estudo utiliza uma abordagem descritiva, que busca detalhar e interpretar as características do empreendedorismo feminino negro no Brasil. De acordo com Tako e Kameo (2023, p. 12) "Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador". Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Esse tipo de abordagem permite analisar de forma sistemática os desafios enfrentados por mulheres negras empreendedoras, considerando suas condições históricas e sociais.

A pesquisa descritiva é complementada por um enfoque exploratório, que se torna indispensável quando o tema é relativamente pouco estudado ou quando há necessidade de aprofundar questões complexas. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa exploratória permite ao pesquisador ampliar seu conhecimento sobre o tema, identificando lacunas e novas questões que possam ser investigadas no futuro. Nesse sentido, ao explorar a literatura existente e os dados secundários disponíveis, o presente trabalho busca iluminar áreas ainda pouco debatidas na academia brasileira.

Pesquisas exploratórias são utilizadas quando se deseja obter dados sobre a natureza de um problema. Utiliza-se esse tipo de pesquisa quando não há informações estruturadas o suficiente para que seja possível conduzir uma pesquisa descritiva ou experimental, ou quando o interesse do projeto é justamente obter um volume de informações que explorem em profundidade como dado fenômeno ocorre (Malhotra, 2006, *apud* Tonetto *et al.*, 2014, p. 183).

A combinação das abordagens descritiva e exploratória visa proporcionar uma análise robusta e fundamentada, examinando as reflexões de autoras brasileiras como Thereza Santos, Denise Botelho e Ana Flávia Magalhães Pinto, entre outras.

Por meio dessa abordagem, espera-se contribuir para o debate acadêmico sobre empreendedorismo feminino negro no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e iniciativas de inclusão que possam fortalecer a atuação das mulheres negras no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

3.4 Abordagem

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, adequada para investigar fenômenos sociais complexos e compreender as experiências subjetivas e coletivas relacionadas ao empreendedorismo feminino negro no Brasil. Segundo Minayo (2012), a abordagem qualitativa possibilita uma análise interpretativa e crítica, voltada para a compreensão das relações sociais, culturais e históricas que moldam a realidade das mulheres negras empreendedoras. Essa perspectiva é essencial para abordar questões interseccionais que conectam gênero, raça e classe, oferecendo um olhar aprofundado sobre os desafios e as resistências dessas mulheres no ambiente empreendedor.

A abordagem qualitativa também permite explorar criticamente os dados obtidos a partir de fontes bibliográficas e documentais, como livros, artigos acadêmicos e relatórios institucionais. Relatórios como o do Sebrae (2019), que abordam o empreendedorismo feminino no Brasil, e dados do IBGE (2022) sobre desigualdades de gênero e raça são exemplos de fontes que fornecem uma base para o diálogo com as autoras. Essa metodologia favorece a identificação de padrões e perspectivas únicas presentes nas produções teóricas, promovendo um diálogo entre diferentes autoras e linhas de pensamento.

Dessa forma, a pesquisa busca interpretar as narrativas e os desafios apresentados nas obras dessas autoras, analisando como esses discursos refletem e dialogam com a realidade enfrentada pelas mulheres negras no Brasil. O foco está em compreender as especificidades desse grupo, destacando tanto as barreiras enfrentadas quanto as estratégias de resistência e superação que emergem do empreendedorismo feminino negro. Como ressaltam Gomes (2002) e Berth (2018), a luta das mulheres negras no Brasil não se limita à busca por inserção econômica, mas também envolve uma reivindicação por reconhecimento, autonomia e transformação social.

3.5 Método

A pesquisa bibliográfica será utilizada como o principal método para a construção do referencial teórico deste estudo, com o objetivo de identificar contribuições sobre o empreendedorismo feminino negro e os desafios enfrentados pelas mulheres negras no Brasil. A análise bibliográfica incluirá livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações que discutem empreendedorismo, gênero, raça e as desigualdades estruturais que atravessam a experiência das mulheres negras.

Além disso, será realizada uma pesquisa documental para complementar a revisão bibliográfica, utilizando fontes confiáveis e dados públicos disponíveis. Como destaca Gonzalez (1988), documentos históricos e institucionais são essenciais para compreender a marginalização das mulheres negras e propor políticas que visem à sua inclusão. Assim, relatórios governamentais, como os dados do IBGE (2022) sobre desigualdade de gênero e raça, e estudos do Sebrae (2019) sobre empreendedorismo feminino, serão analisados para fornecer uma base contextual sólida. Tais

documentos ajudam a compreender o cenário socioeconômico das mulheres negras empreendedoras e apontam para lacunas nas políticas públicas.

A articulação entre pesquisa bibliográfica e documental é fundamental para alcançar os objetivos do estudo. Gomes (2002) aponta que a produção teórica precisa dialogar com a realidade concreta das mulheres negras, destacando como estereótipos raciais e desigualdades econômicas impactam sua autoestima e sua inserção no mercado empreendedor. Nesse sentido, a análise documental trará uma perspectiva contextual e histórica, evidenciando os principais desafios enfrentados por essas mulheres e as estratégias de resistência adotadas por elas.

Ao integrar essas abordagens, o estudo busca construir uma compreensão ampla e fundamentada dos desafios do empreendedorismo feminino negro no Brasil. Segundo Berth (2018), o empoderamento das mulheres negras por meio do empreendedorismo é uma forma de resistência contra o racismo e o sexismo, permitindo que elas ocupem espaços historicamente negados. A análise dos dados coletados permitirá identificar não apenas os obstáculos, mas também as iniciativas bem-sucedidas e as possibilidades de transformação no cenário empreendedor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentam-se as principais ideias e conceitos de autoras brasileiras que abordam os desafios enfrentados por mulheres negras, relacionando-os ao campo do empreendedorismo. Embora muitas dessas autoras não tratem diretamente do tema, suas análises sobre racismo estrutural, desigualdades de gênero e econômicas fornecem uma base essencial para compreender as barreiras e possibilidades que moldam a realidade dessas mulheres no Brasil.

As mulheres negras no Brasil enfrentam múltiplas camadas de opressão, como apontado por Sueli Carneiro (2003), que destaca a intersecção entre raça e gênero como um fator central para entender a exclusão social e econômica dessas mulheres. Segundo Carneiro (2003), a marginalização estrutural perpetua a invisibilidade das mulheres negras nos espaços de poder, incluindo o mercado empreendedor. Esses dados são corroborados por estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE 2022), que revelam que as mulheres negras têm menor acesso a recursos financeiros e maior representação em empregos informais e de baixa remuneração.

Lélia Gonzalez (1984), por meio do conceito de amefricanidade, traz uma perspectiva cultural importante para o debate, enfatizando que as mulheres negras utilizam o empreendedorismo como forma de resistência e valorização de suas identidades. Essa ideia encontra eco em pesquisas contemporâneas, como as de Gomes (2002), que relacionam a autoestima e a autovalorização das mulheres negras à construção de trajetórias empreendedoras significativas.

Além disso, o estudo revelou que as barreiras mais frequentes enfrentadas pelas empreendedoras negras incluem o acesso limitado a crédito, a falta de redes de apoio, e os estereótipos que dificultam a visibilidade e aceitação de seus produtos e serviços no mercado. Dados do Sebrae (2019) reforçam a necessidade de políticas públicas para fomentar a inclusão financeira desse grupo, destacando que a informalidade dos negócios é um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável.

A análise dos pensamentos das autoras brasileiras evidencia que o empreendedorismo feminino negro no Brasil está profundamente marcado pelo racismo estrutural, que perpetua desigualdades históricas. Carneiro (2003) e Gonzalez (1984) ressaltam a necessidade de compreender essas barreiras sob uma

perspectiva interseccional, alinhando gênero, raça e classe como categorias de análise fundamentais.

A pesquisa documental também aponta que, embora o empreendedorismo seja frequentemente uma alternativa de sobrevivência para mulheres negras, ele também funciona como um espaço de reafirmação cultural. De acordo com Berth (2018), o fortalecimento da identidade afro-brasileira por meio de negócios que valorizam estéticas e tradições negras contribui não apenas para a autonomia financeira, mas também para a construção de uma narrativa contra-hegemônica.

Por outro lado, a ausência de políticas públicas eficazes foi amplamente discutida nas obras revisadas. Werneck (2006) destaca que a falta de ações governamentais direcionadas resulta em um ciclo de exclusão que afeta diretamente a sustentabilidade dos negócios liderados por mulheres negras. Isso exige a implementação de estratégias que promovam a equidade racial e de gênero no ambiente empreendedor.

Os resultados desta pesquisa indicam que o fortalecimento do empreendedorismo feminino negro requer uma abordagem integrada, que combine apoio financeiro, capacitação técnica e redes de suporte. A formação de parcerias entre organizações governamentais e iniciativas comunitárias surge como uma solução promissora para reduzir as barreiras enfrentadas por esse grupo.

No entanto, limitações relacionadas à disponibilidade de dados específicos sobre empreendedoras negras no Brasil dificultaram a análise detalhada de algumas questões. Estudos futuros poderiam explorar mais profundamente as relações entre políticas públicas e o impacto no desenvolvimento desses negócios.

Esta pesquisa destaca que, apesar das inúmeras barreiras, as mulheres negras no Brasil têm utilizado o empreendedorismo como uma forma de resistência e transformação social. As análises das autoras revisadas mostram que, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios estruturais, essas mulheres criam estratégias para superar as dificuldades, fortalecendo suas identidades e promovendo mudanças significativas em suas comunidades.

4.1 Contribuições Institucionais para o Empreendedorismo Negro

O empreendedorismo negro no Brasil é uma ferramenta essencial para a inclusão social e econômica de uma parcela significativa da população que

historicamente enfrenta barreiras estruturais. Diversas instituições têm desempenhado um papel crucial nesse contexto, seja por meio de políticas públicas, seja pela promoção de iniciativas de incentivo. Este tópico explora as contribuições de órgãos como o IBGE, SEBRAE e outras entidades, destacando as ações voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo negro.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma das principais fontes de dados sobre desigualdade racial e econômica no país. Segundo o relatório "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça" (IBGE, 2019), a população negra representa cerca de 56% dos brasileiros, mas enfrenta as maiores taxas de desemprego e informalidade. No setor empreendedor, os negros estão mais concentrados em negócios informais e de baixo retorno financeiro, evidenciando a dificuldade de acesso a capital, crédito e redes de apoio.

Já o SEBRAE tem se destacado pela implementação de programas voltados para o fortalecimento do empreendedorismo negro. A iniciativa "Sebrae Delas", por exemplo, busca estimular a inclusão de mulheres negras no mercado empreendedor, oferecendo capacitação, acesso a crédito e suporte técnico. No entanto, apesar dos avanços, o relatório do Sebrae (2019) aponta que os empreendedores negros ainda enfrentam desafios significativos, como a discriminação racial, a ausência de representatividade em setores estratégicos e o preconceito no acesso a financiamento.

Outras iniciativas incluem as políticas de incentivo promovidas por entidades públicas e privadas. A Lei nº 12.288/2010 (BRASIL 2010), que institui o Estatuto da Igualdade Racial, prevê a criação de programas de fomento ao empreendedorismo negro, mas a implementação dessas ações ainda enfrenta limitações.

No âmbito governamental, iniciativas como a Lei nº 7.716/1989 (BRASIL 1989), que combate o racismo, e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), refletem o esforço de incluir a população negra em espaços econômicos e sociais. Contudo, a falta de regulamentação específica para o empreendedorismo negro demonstra um hiato entre a formulação das leis e sua aplicação prática.

Dados do IPEA (2020) indicam que 72% dos empreendedores negros têm dificuldade em acessar crédito para iniciar ou expandir seus negócios. Essa realidade reflete a persistência de uma estrutura econômica que privilegia determinados grupos e limita as oportunidades da população negra. Além disso, o relatório destaca que,

mesmo quando conseguem financiamento, os negros recebem valores menores e enfrentam taxas de juros mais elevadas.

Além das ações governamentais, diversas organizações não governamentais têm contribuído para a promoção do empreendedorismo negro. A AfroBusiness, por exemplo, atua na criação de redes de apoio para empreendedores negros, promovendo mentorias, capacitações e eventos voltados para a valorização da cultura afro-brasileira no mercado (AFROBUSSINESS).

Outra instituição relevante é a Fundação Tide Setubal, que desenvolve projetos em comunidades periféricas, incentivando o empreendedorismo como ferramenta de transformação social. Segundo relatório da fundação (2021), as iniciativas de inclusão econômica voltadas para negros e negras contribuem para a redução das desigualdades sociais e estimulam a economia local.

Por fim, o Instituto Feira Preta é um exemplo de sucesso na promoção do empreendedorismo negro. Criado em 2002, o instituto realiza anualmente a Feira Preta, maior evento de empreendedorismo negro da América Latina. A feira é uma plataforma para que empreendedores negros apresentem seus produtos e serviços, promovendo visibilidade e ampliando suas redes de contatos.

A análise dos dados e iniciativas apresentadas demonstra que o empreendedorismo negro no Brasil enfrenta barreiras estruturais significativas, mas também revela o grande potencial de transformação social que ele carrega. A persistência de desigualdades raciais e econômicas requer políticas públicas mais robustas, que garantam acesso a crédito, capacitação e redes de apoio para empreendedores negros.

A atuação de instituições como IBGE, SEBRAE e organizações não governamentais é essencial para promover a inclusão e reduzir as disparidades. Contudo, é fundamental ampliar o alcance dessas iniciativas e garantir que cheguem às comunidades mais vulneráveis. A promoção do empreendedorismo negro não é apenas uma questão econômica, mas também uma forma de resistência e afirmação cultural.

4.2 Contribuições conceituais de autoras brasileiras para diálogos sobre empreendedorismo feminino negro

4.2.1 Lélia Gonzalez: Amefricanidade e Resistência Cultural

Lélia Gonzalez foi uma filósofa, antropóloga, professora e ativista brasileira, nascida em 1935 e falecida em 1994. Ela foi uma das principais intelectuais do movimento negro e feminista no Brasil, destacando-se por suas contribuições ao entendimento das interseções entre racismo, sexismo e as questões de classe social. Gonzalez foi uma das pioneiras ao discutir a subordinação das mulheres negras e suas formas de resistência. Atuou também como professora universitária, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

Em suas obras, como *Por um Feminismo Afro-latino-americano* (1988) e *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), Lélia Gonzalez analisa profundamente a marginalização das mulheres negras na sociedade brasileira, argumentando que o racismo e o sexismo são forças estruturais que moldam suas experiências de forma específica. Ela propôs o conceito de "amefricanidade" para descrever as conexões culturais entre as populações africanas na América Latina e foi uma das primeiras a trazer à tona o empreendedorismo negro como uma estratégia de resistência e afirmação cultural. O legado de Lélia Gonzalez permanece como um marco nas discussões sobre feminismo negro, identidade afro-brasileira e as desigualdades sociais no Brasil.

4.2.2 Nilma Lino Gomes: Educação e Empoderamento

Nilma Lino Gomes é uma educadora, intelectual e pesquisadora brasileira, reconhecida por sua atuação nas áreas de educação, relações raciais e gênero. Ela é uma das vozes mais importantes no debate sobre a inclusão da população negra no sistema educacional e as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil. Gomes tem uma vasta produção acadêmica, com destaque para suas análises sobre como a educação pode atuar como uma ferramenta de transformação social para as mulheres negras.

Em sua obra *Políticas de Educação e Relações Raciais no Brasil* (2003), Gomes argumenta que a falta de acesso à educação de qualidade impacta diretamente a autoestima e a confiança das mulheres negras, o que limita suas chances de empreender de maneira sustentável. Ela defende que é fundamental que

o sistema educacional valorize as histórias e contribuições das populações negras, combatendo estereótipos e promovendo a inclusão. Para Gomes, a educação é a chave para a emancipação social e para a construção de uma sociedade mais justa.

Em *Movimentos Negros e Educação* (2017), Gomes analisa como as iniciativas de base comunitária têm promovido o fortalecimento das mulheres negras no mercado de trabalho, ressaltando o papel dessas redes de apoio na capacitação e empoderamento dessas mulheres. A autora destaca a importância da formação educacional e da criação de redes de apoio para transformar o empreendedorismo em um caminho viável para a emancipação social e econômica. Seu trabalho oferece uma reflexão sobre como a educação pode ser um motor de mudança e uma ferramenta essencial para superar as desigualdades raciais e de gênero.

4.2.3 Djamila Ribeiro: Lugar de Fala e Empoderamento

Djamila Ribeiro é uma filósofa, escritora e uma das autoras contemporâneas mais influentes no debate sobre racismo e gênero no Brasil. Ela é uma das principais vozes do movimento feminista negro no país e tem se destacado por suas reflexões sobre as questões sociais que afetam as mulheres negras. Além disso, Ribeiro atua como ativista e educadora, buscando sempre promover uma maior visibilidade e respeito às vivências e lutas das mulheres negras, dentro e fora do Brasil.

Em *"O que é Lugar de Fala?"* (2017), Ribeiro enfatiza a importância de ouvir e reconhecer as narrativas das mulheres negras para compreender suas realidades. Ela argumenta que o empreendedorismo feminino negro precisa ser analisado a partir da perspectiva das próprias mulheres negras, para evitar soluções que ignorem suas necessidades reais. O livro se propõe a explicar o conceito de "lugar de fala", questionando as dinâmicas de poder e representatividade nas discussões sociais e políticas, sempre com foco nas vozes marginalizadas, como as das mulheres negras.

Outra obra relevante de Djamila Ribeiro é *"Quem Tem Medo do Feminismo Negro?"* (2018), na qual ela explora o empoderamento das mulheres negras como ferramenta de resistência. Nessa obra, Ribeiro destaca que o feminismo negro vai além da luta contra as desigualdades de gênero, sendo também uma luta contra o racismo estrutural. No campo do empreendedorismo, ela defende que a valorização das experiências e da identidade cultural dessas mulheres é fundamental para desafiar o racismo e ampliar sua presença no mercado de trabalho. Para Ribeiro, o

empreendedorismo das mulheres negras não pode ser visto apenas como uma forma de ascensão econômica, mas como uma estratégia de afirmação cultural e resistência ao sistema opressor.

4.2.4 Jurema Werneck: Políticas Públicas e Saúde Econômica

Jurema Werneck é uma médica sanitária, ativista e uma das principais referências no campo das políticas públicas voltadas para a saúde da população negra no Brasil. Ela é reconhecida por seu trabalho na interseção entre saúde, racismo e gênero, e tem se dedicado a combater as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras em diferentes esferas, especialmente no que diz respeito à saúde física e econômica. Werneck tem sido uma voz importante na promoção de políticas públicas que busquem a equidade racial e de gênero.

Em "Saúde da População Negra" (2006), Werneck analisa como o racismo institucional afeta não apenas a saúde física, mas também a saúde econômica das mulheres negras. Ela argumenta que o racismo estrutural e institucionalizado, além de limitar o acesso dessas mulheres a serviços de saúde de qualidade, também impacta suas oportunidades de participação econômica, contribuindo para a desigualdade social. Nesse contexto, ela defende que políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo feminino negro são essenciais para reduzir as desigualdades e criar oportunidades de crescimento sustentável, promovendo a autonomia econômica dessas mulheres.

Em "Nossos passos vêm de longe!" (2010), Werneck destaca a relevância dos movimentos de mulheres negras na luta contra o sexismo e o racismo, enfatizando a importância da criação de redes de apoio. Para Werneck, essas redes são essenciais para fortalecer as estratégias políticas e sociais, permitindo a construção de uma solidariedade coletiva que impulse o empoderamento das mulheres negras. Ela argumenta que essas redes não só consolidam as conquistas históricas, mas também são fundamentais para promover ações coletivas que levem à transformação da realidade das mulheres negras, tanto no campo social quanto econômico.

4.2.5 Joice Berth: Empoderamento e Resistência

Joice Berth é uma acadêmica e pesquisadora que tem se destacado no campo dos estudos de gênero, raça e feminismo, com ênfase no empoderamento das mulheres negras. Seu trabalho se foca na análise das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que afetam as mulheres negras, especialmente no Brasil.

Em suas pesquisas e textos, Joice Berth explora como as mulheres negras podem usar o empreendedorismo como uma estratégia de resistência.

Joice Berth, autora de “Empoderamento” (2019), explora como o empoderamento feminino negro pode ser uma estratégia de resistência às opressões estruturais. Berth argumenta que, para além do sucesso financeiro, o empreendedorismo deve ser visto como uma ferramenta de transformação social, promovendo a autonomia e o respeito às mulheres negras.

Em “Feminismos Plurais” (2019), Berth reforça a necessidade de compreender o empreendedorismo como um espaço de luta por direitos e visibilidade. Ela destaca que as mulheres negras empreendedoras desempenham um papel fundamental na economia, mas enfrentam desafios significativos que exigem soluções estruturais e coletivas.

4.2.6 Carla Akotirene: Interseccionalidade e Empreendedorismo Feminino Negro

Carla Akotirene é uma importante teórica e pesquisadora brasileira, conhecida por suas contribuições ao estudo das questões de gênero, raça e desigualdade social. Com uma formação acadêmica sólida e experiência nas áreas de sociologia e estudos das relações raciais, ela se destaca principalmente por seu trabalho no campo da interseccionalidade. Akotirene é uma das vozes mais relevantes na análise das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras no Brasil, e seu trabalho é amplamente reconhecido por trazer à tona as interações complexas entre gênero, raça e classe, evidenciando como essas categorias se combinam para criar barreiras únicas para as mulheres negras.

Em sua obra *Interseccionalidade* (2019), Akotirene destaca como a combinação de opressões relacionadas à raça, gênero e classe impacta diretamente a vida das mulheres negras. No contexto do empreendedorismo, essas opressões dificultam o acesso a recursos financeiros, redes de apoio e formação profissional. Akotirene argumenta que é impossível desvincular os desafios econômicos dessas mulheres das estruturas sociais que perpetuam o racismo e o sexismo.

Akotirene revisita o conceito de interseccionalidade, criado por Kimberlé Crenshaw, e o adapta ao contexto brasileiro, onde as mulheres negras enfrentam não apenas o racismo e o sexismo, mas também a exclusão econômica e social. Ela argumenta que a vivência das mulheres negras é marcada por uma sobreposição de opressões que se combinam de maneira única e que essas múltiplas formas de exclusão não podem ser tratadas de maneira isolada.

4.2.7 Semelhanças nas Perspectivas de Autoras Brasileiras sobre Empreendedorismo e Desafios das Mulheres Negras.

Os livros e artigos de Sueli Carneiro (1993), Lélia Gonzalez (1988), Djamila Ribeiro (2017), Nilma Lino Gomes (2003), Joice Berth (2019) e Jurema Werneck (2006) apresentam notáveis semelhanças, especialmente na análise interseccional conforme o conceito de Crenshaw (1989), das múltiplas e simultâneas opressões que afetam as mulheres negras no Brasil, incluindo questões relacionadas ao empreendedorismo. Essas autoras discutem como as dimensões de raça, gênero e classe interagem para criar barreiras estruturais que impactam tanto as trajetórias pessoais quanto as profissionais dessas mulheres, com ênfase no empreendedorismo como uma forma de resistência e transformação social.

Racismo Estrutural e o Impacto no Empreendedorismo

Uma convergência central entre as autoras é o reconhecimento do racismo estrutural como um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres negras no Brasil, especialmente no campo do empreendedorismo. Sueli Carneiro (1995) e Lélia Gonzalez (1988) destacam como o racismo estrutural dificulta o acesso das mulheres negras a recursos econômicos, redes de apoio e reconhecimento social. Djamila Ribeiro (2017) e Joice Berth (2019) ampliam essa perspectiva ao abordar o impacto dessas barreiras no mercado empreendedor, enfatizando como o preconceito racial limita as oportunidades de financiamento e crescimento sustentável para mulheres negras.

Valorização da Identidade e Cultura Negra no Empreendedorismo

Outro ponto de convergência entre as autoras é a valorização da identidade e cultura negra como elementos centrais no fortalecimento do empreendedorismo. Gonzalez (1988) enfatiza a africanidade como uma estratégia de empoderamento cultural, enquanto Gomes (2003) aponta que a educação afrocentrada desempenha um papel essencial na construção da autoestima das mulheres negras empreendedoras. Werneck (2006) e Berth (2019) reforçam a importância de integrar valores culturais afro-brasileiros nos negócios como forma de fortalecer a identidade e criar uma narrativa de resistência.

Políticas Públicas como Ferramenta de Inclusão

As autoras também destacam a necessidade de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino negro. Gomes (2003) e Werneck (2006) defendem iniciativas que garantam acesso a recursos financeiros e capacitação para empreendedoras negras, enquanto Carneiro (1995) e Ribeiro (2017) enfatizam a necessidade de ações que combatam o racismo estrutural e promovam a igualdade de oportunidades. Essas políticas são vistas como fundamentais para mitigar as desigualdades sociais e econômicas que afetam desproporcionalmente as mulheres negras.

Empreendedorismo como Resistência e Superação

O empreendedorismo é abordado como uma forma de resistência e superação das barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres negras. Gonzalez (1988) e Ribeiro (2017) destacam como o empreendedorismo permite a criação de espaços de autonomia econômica e cultural. Berth (2019) reforça que essa prática não apenas gera sustento financeiro, mas também promove a valorização da identidade negra e o fortalecimento da autoestima. Gomes (2003) acrescenta que o acesso à educação e redes de apoio é crucial para que essas mulheres possam desenvolver negócios sustentáveis e inovadores.

Redes de Apoio e Cooperação

Por fim, todas as autoras reconhecem a importância das redes de apoio como estratégias essenciais para o sucesso do empreendedorismo feminino negro. Gonzalez (1988) e Ribeiro (2017) ressaltam como a solidariedade entre mulheres negras fomenta a troca de experiências e fortalece a resiliência diante das adversidades. Werneck (2006) e Gomes (2003) apontam que essas redes não apenas ajudam a superar barreiras individuais, mas também criam um movimento coletivo capaz de transformar realidades sociais e econômicas.

Essas semelhanças entre os pensamentos das autoras destacam a importância de compreender o empreendedorismo feminino negro como um fenômeno complexo e multifacetado, enraizado nas dinâmicas de opressão, mas também como um espaço de resistência, empoderamento e transformação social.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender os desafios enfrentados por mulheres negras no campo do empreendedorismo no Brasil, partindo de uma análise bibliográfica e documental e explorando os pensamentos de autoras brasileiras que abordam as intersecções entre raça, gênero e classe. A pesquisa evidenciou como o racismo estrutural e o sexismo são barreiras persistentes que limitam o acesso dessas mulheres a oportunidades no mercado de trabalho e no universo empreendedor, além de dificultar a sustentabilidade de seus negócios.

Ao longo do estudo, foram destacados conceitos fundamentais, como a interseccionalidade, desenvolvida por teóricas como Sueli Carneiro, que apontam a necessidade de compreender as opressões que incidem simultaneamente sobre mulheres negras. As contribuições de autoras como Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes foram cruciais para aprofundar o debate sobre as dimensões culturais e identitárias que impactam a trajetória dessas empreendedoras, revelando como o empreendedorismo pode ser uma ferramenta de resistência e fortalecimento social.

Os dados analisados, provenientes de instituições como o IBGE, Sebrae e Ipea, reforçaram que o empreendedorismo negro ainda é marcado por desafios estruturais, como a dificuldade de acesso ao crédito, a falta de redes de apoio e os preconceitos raciais que perpassam os ambientes de negócios. Essas questões demonstram que, embora o empreendedorismo ofereça caminhos para a autonomia financeira e a valorização cultural, ele também está profundamente condicionado pelas desigualdades históricas e sociais que afetam a população negra no Brasil.

Apesar dessas barreiras, o estudo revelou estratégias de superação desenvolvidas pelas mulheres negras empreendedoras, como a formação de redes colaborativas, a valorização da cultura afro-brasileira e a busca por qualificação profissional. Essas iniciativas destacam a capacidade de resiliência e inovação dessas mulheres, que transformam suas vivências em oportunidades de fortalecimento coletivo e transformação social.

Como contribuição para o debate, este trabalho destaca a urgência de políticas públicas inclusivas que promovam acesso a crédito, formação empreendedora e combate ao racismo institucional. Além disso, reforça a necessidade de maior representatividade nos espaços de poder e decisão, para que as mulheres negras possam ocupar posições que historicamente lhes foram negadas.

Conclui-se que o empreendedorismo de mulheres negras no Brasil não apenas reflete as barreiras estruturais de uma sociedade desigual, mas também evidencia um espaço de resistência, identidade e transformação. Esse tema exige maior atenção acadêmica e prática, uma vez que compreender e apoiar essa dinâmica é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o potencial transformador do empreendedorismo possa ser plenamente alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Francisco de Paula. **Gênero, desigualdade e políticas públicas**. Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda o papel do Estado no combate ao racismo no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/entenda-o-papel-do-estado-no-combate-ao-racismo-no-brasil-0>. Acesso em: 20 dez. 2024.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. *In*: RIBEIRO, Djamila (Org.). **Feminismos Plurais**. Goiânia: Editora UFG, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos Plurais%29 - Carla Akotirene.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf). Acesso em: 22 nov. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/ALMEIDA-2019.-O-QUE-%C3%89-RACISMO-ESTRUTURAL.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2004.

BAIA, Larissa Maria dos Santos; COSTA, Ramon Bezerra. Afroempreendedorismo feminino: uma trajetória entre resistência e transformação. **Revista Diálogo**, 2020. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/419>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Diferenças no acesso e uso de serviços financeiros entre homens e mulheres**. 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art2_diferencas_no_acesso.pdf. Acesso em: 7 jan. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Gênero, patriarcado, violência e poder**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 74-93, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2024.

BAIRROS, Luiza. **Pecados no 'Paraíso Racial': O negro na força de trabalho da Bahia, 1950–1980**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

BAIRROS, Luiza. **Assim falou Luiza Bairros. Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/assim-falou-luiza-bairros/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:aaa92b9c-dcb1-4a6f-ae6c-8ece425e7d0c>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL ESCOLA. **Sistema de cotas racial**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Brasil Escola. **Brasil, o país das desigualdades**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/brasil-pais-das-desigualdades.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes egressos do ensino médio da rede pública nas instituições federais de ensino superior e da educação profissional e tecnológica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2022)**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho**. Disponível em: https://tst.jus.br/en/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 jan. 2025.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanidade: proposta feminista negra de organização política e transformação social**. LASA Forum, v. 50, n. 3, p. 120-124, 2018. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/Dossier-Lelia-Gonzalez-2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra: raça e gênero no Brasil**. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1981. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**. 2018. Disponível em: <http://35.238.111.86/jspui/bitstream/123456789/847/1/Empreendedorismo%20na%20opr%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERNANDES, Evelyn Blaut. **"Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade"**. Revista CPA, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kzKGbt3svhfMHF96CNrVSnJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2025.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000. Disponível em: <https://scielo.br/j/rae/a/YqBJ94QnWgPFBRcD7FJHnQi/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A (G1). Maria Júlia Coutinho (Maju) é vítima de racismo no Facebook. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Relatório executivo GEM Brasil 2022-2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8053515/mod_resource/content/1/GEM-BR-2022-2023-Relatorio-Executivo-v7-REVISTO-mai-23.pdf. Acesso em: 20 dez.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 2002

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 2006. Disponível em: <https://tftk.iau.usp.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1960/6336/um-defeito-de-cor.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 1988a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454/31497>. Acesso em: 20 dez. 2024

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6960639/mod_resource/content/0/GONZALEZ_Por%20um%20feminismo%20afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. 1984.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa, São Paulo**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (IBRE). **Participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. **Blog do IBRE**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educa jovens. Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdade de gênero e raça no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2020). **Pessoas com deficiência e suas condições de vida**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2019). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desigualdades Econômicas no Brasil**. 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentação>. Acesso em: 8 nov. 2024.

INSTITUTO FEIRA PRETA. **Impactos Econômicos do Empreendedorismo Negro**. Disponível em: <https://feirapreta.com.br/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

INSTITUTO NATURA. Política de Diversidade. Relatório Anual 2019. Disponível em: https://www.institutonatura.org/relatorioanual2019/Politica-de-Diversidade_Instituto_Natura_2019.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

JUSBRASIL. **Constituição Federal de 1988 e o racismo**. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/constituicao-federal-de-1988-e-o-racismo/822111026>. Acesso em: 18 dez. 2024.

JUSBRASIL. **Parágrafo 3º, artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10622481/paragrafo-3-artigo-140-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8317651/mod_folder/content/0/Marconi%3B%20Laka%202003.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

MALHOTRA, Naresh K. **Marketing Research: An Applied Orientation**. 5. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2012.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. **Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica**. III Seminário de Ciências Sociais – PGCS UFES, 12 a 14 de novembro de 2018, UFES, Vitória-ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ONU Mulheres. Liderança e participação política. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. **A mulher no mercado de trabalho**. 2005.

REIS, Mírlia. Martins. de A. Luta Antimanicomial, interseccionalidade e feminismos RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e

Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 1, 2021. DOI: 10.23899/relacult.v7i1.2167. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2167>. Acesso em: 8 nov. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Interseccionalidade e o feminismo negro. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 34-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33391/21191>. Acesso em: 19 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/o-que-e-lugar-de-fala>. Acesso em: 7 dez. 2024.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 85, p. 41-79, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/GZGfkVrFDVQyzs7XgXpG83D/?format=pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, Thereza. **Histórias e lutas das mulheres negras no Brasil**.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEBRAE. **Empreendedorismo feminino no Brasil**. 2019. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEBRAE. Empreendedorismo feminino no Brasil: **desafios e oportunidades**. 2019. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/afroempreendedorismo-feminino>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEBRAE. **O papel da inovação e do empreendedorismo no desenvolvimento econômico**. 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-papel-da-inovacao-e-do-empreendedorismo-no-desenvolvimento-economico,8358781563028810VqnVCM100001b00320aRCRD>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SEBRAE. **Pesquisa mundial de empreendedorismo divulgada no projeto Sebrae 50 mais 50**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebrae50mais50/noticias/pesquisa%E2%80%93mundial%E2%80%93de%E2%80%93empreendedorismo%E2%80%93divulgada%E2%80%93no%E2%80%93projeto%E2%80%93sebrae%E2%80%9350mais50>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEBRAE. **Negócios liderados por mulheres: desafios e ações necessárias.** 2020. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/negocios-liderados-por-mulheres-desafios-e-acoes-necessarias%2Cfed29caf41ad1810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 7 jan. 2025.

TAKO, Yoko; KAMEO, Haruto. **Metodologia de pesquisa aplicada às ciências sociais.** 2023.

TONETTO, Leandro M.; BRUST-RENCK, Pedro; STEIN, Lilian M. **Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumidor.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, n. 1, p. 180-195, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/b4YYN9wycwMHNhdMn9dVXsv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo** 2010.

WERNECK, Jurema. **Saúde da População Negra.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.